



ORÇAMENTO 2015

Tendo em vista a satisfação das necessidades do concelho de Celorico da Beira, torna-se imperativa uma previsão anual das despesas a efetuar e das receitas a arrecadar pelo Município de acordo com os princípios legais vigentes. É da responsabilidade da Câmara Municipal através do seu Órgão Executivo, a elaboração de documentos previsionais (Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal) assentados no princípio da autonomia financeira e administrativa dos municípios, devendo estes ser aprovados pelo Executivo e submetidos à Assembleia Municipal para votação até 31 de Outubro de cada ano, conforme o disposto no nº 1 do art. 45º da Lei nº 73/2013 de 3 de Setembro (Lei das Finanças Locais). O Orçamento é um documento contabilístico que deverá definir as estratégias de desenvolvimento do concelho no curto e no médio e longo prazo, estando refletidos no mesmo todos os encargos previstos para o ano a que diz respeito, bem como as receitas para cobrir essas mesmas despesas de acordo com os princípios de equilíbrio orçamental. O Orçamento agora apresentado tem em conta a situação de desequilíbrio financeiro estrutural do Município de Celorico da Beira, pelo que o mesmo tem por base o Plano de Reequilíbrio Financeiro já aprovado pela Assembleia Municipal e que à data de elaboração do mesmo, ainda aguarda aprovação das entidades fiscalizadoras.

Assim sendo, apresenta-se por este meio o Orçamento do Município de Celorico da Beira para vigorar em 2015, elaborado de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), publicado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e pelos Decretos-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e n.º 84-A/2002 de 5 de Abril, e pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro. No que respeita às classificações económicas, estas têm como



base de especificação o classificador económico das receitas e despesas públicas aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, com as suas devidas alterações. Relativamente às classificações orgânicas considerou-se o disposto no ponto 2.3.2. do POCAL e no Ofício Circular n.º 6 de 2002.03.19 da Direção Geral das Autarquias Locais, optando-se por não aplicar o classificador orgânico criando-se apenas dois órgãos, “01- Assembleia Municipal” e “02 - Câmara Municipal”, à semelhança do aplicado nos orçamentos dos anos anteriores. No cumprimento dos princípios orçamentais determinados pelo POCAL, pela Lei das Finanças Locais (Lei n.º 02/2007, de 15 de Janeiro) e pela Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto republicada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto), apresenta-se um orçamento único e anual, que contém a previsão de todas as receitas e despesas esperadas para o ano civil de 2015. De acordo com o art. 44º da Lei das Finanças Locais, os municípios deveriam apresentar um quadro plurianual de programação orçamental, que deveria definir as receitas e despesas para os quatro exercícios seguintes, mas no entanto de acordo com a circular n.º 108/2014 da ANMP, o referido quadro plurianual carece de regulamentação específica que ainda não existe, pelo que não estão criadas as condições para o cumprimento do art. 44º da Lei das Finanças Locais. Assim, não foi elaborado o quadro plurianual tendo em conta o exposto anteriormente.

No que diz respeito às receitas correntes relativas a impostos, taxas e tarifas, estas foram calculadas segundo o critério do ponto 3.3 do POCAL, que obriga a utilização da média aritmética dos últimos 24 meses anteriores à elaboração do orçamento, bem como também foram utilizados valores previstos no plano de reequilíbrio financeiro do Município. Este critério foi utilizado noutras receitas cuja previsão seja difícil de calcular tais como as vendas de bens e serviços. As transferências correntes e de capital foram calculadas de acordo com as previsões de transferência de verbas por parte da administração central. Para 2015 a atual proposta de Orçamento de Estado



prevê um aumento nas transferências estatais, em comparação ao ano anterior em cerca de 294.000€, situação essa que beneficia o Município permitindo aumentar as receitas previstas, mas cujos valores continuam inferiores ao recebido em 2011, conforme se demonstra no quadro seguinte:

| | FEF | | | FSM | IRS | Total |
|-------------|-----------|-----------|-----------|---------|---------|------------------|
| | Corrente | Capital | Total FEF | | | |
| 2009 | 3.336.520 | 2.224.346 | 5.560.866 | 179.923 | 114.226 | 5.855.015 |
| 2010 | 3.537.241 | 2.358.161 | 5.895.402 | 136.905 | 115.459 | 6.147.766 |
| 2011 | 3.229.684 | 2.153.122 | 5.382.806 | 125.001 | 111.474 | 5.619.281 |
| 2012 | 3.064.229 | 2.042.819 | 5.107.048 | 118.597 | 115.021 | 5.340.666 |
| 2013 | 4.083.694 | 1.020.923 | 5.104.617 | 118.615 | 115.021 | 5.338.253 |
| 2014 | 4.467.489 | 496.388 | 4.963.877 | 118.615 | 108.696 | 5.191.188 |
| 2015 | 4.663.344 | 518.149 | 5.181.493 | 153.723 | 150.639 | 5.485.855 |

O aumento dos fundos, bem como a alteração da composição entre FEF corrente e de Capital que já se tinha verificado em 2014, alterou os pressupostos previstos no plano de reequilíbrio. Em 2015 dever-se-á também realizar uma revisão orçamental para transitar o saldo orçamental de 2014, que constituirá uma eventual receita adicional que está prevista no plano de reequilíbrio, mas que só poderá ser tida em consideração após o encerramento das contas de 2014. Esta transição do saldo de 2014 para 2015, permitirá reforçar algumas rubricas de despesa caso seja necessário, ou a antecipação de alguns projetos previstos no Plano Plurianual de Investimentos. Os fundos comunitários a receber foram calculados de acordo com as comparticipações a atribuir nas candidaturas que se prevê que sejam aprovadas, apesar de haver alguma indefinição em relação ao próximo quadro comunitário.

Relativamente às despesas correntes, as relativas a bens e serviços foram calculadas tendo em conta a despesa estimada para 2015 (tendo por base as despesas de setembro de 2013 a setembro de 2014). À semelhança do ano anterior, 2015 será marcado por uma grande contenção nestas



despesas tendo em conta o predisposto no Plano de Reequilíbrio Financeiro, pelo que se deverá continuar a tomar medidas para diminuir os custos com estas despesas, apesar do aumento das transferências estatais. Os encargos com juros foram calculados de acordo com dados fornecidos pelas instituições bancárias, bem como dados provenientes do Plano de Reequilíbrio Financeiro. As rubricas de despesas com pessoal foram dotadas tendo em conta o Mapa de Pessoal para 2015, que se encontra anexo ao Orçamento.

As rubricas de despesas de capital foram dotadas de acordo com informações relativas a obras e projetos a decorrer bem como de acordo com as obras a que o Executivo se propõe a realizar entre 2015 e 2017, podendo estas rubricas ser verificadas no Plano Plurianual de Investimentos, sendo que a grande parte das despesas só serão realizadas se as mesmas forem co-financiadas por fundos comunitários, estando-se a aguardar o próximo quadro comunitário para se confirmarem os financiamentos.

As despesas com empréstimos resultam dos mapas previsionais dos contratos de reequilíbrio financeiro que ainda estão a aguardar aprovação do Tribunal de Contas à data da elaboração deste orçamento. Nas despesas de capital estão ainda incluídos os valores relativos a bens a adquirir e transferências de capital a conceder (subsídios).

As despesas de capital incluem o montante de 64.600€ nos ativos financeiros, relativo à contribuição prevista do Município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM), conforme o disposto no nº1 do art. 17º da Lei nº 53/2014 de 25 de Agosto. Mais se informa, que tendo em conta a elegibilidade do Município para a adesão ao FAM nos termos da mesma lei, e de acordo com as normas transitórias, o Município irá solicitar a suspensão da adesão ao



FAM, tendo já comunicado essa intenção à DGAL, estando de momento a aguardar informação sobre esse mesmo assunto, visto ainda não terem sido disponibilizadas aos Municípios as ferramentas previstas na lei para a solicitação da suspensão.

Os valores das despesas tiveram como limite os montantes da receita efetiva esperada para 2015, bem como limites que constam no plano de reequilíbrio financeiro do Município. Os valores em dívida serão cobertos pelos financiamentos ao abrigo do reequilíbrio financeiro e do PAEL (Programa de Apoio à Economia Local), e só serão tidos em conta no orçamento caso os financiamentos não sejam aprovados em 2014, pelo que caso essa situação se venha a verificar, dever-se-á efetuar uma alteração orçamental no início de 2015, relevando-se a receita dos financiamentos em contrapartida da dívida a transitar.

Tendo em conta a conjuntura económica atual, e à semelhança dos anos anteriores, para 2015 estão previstas ações de carácter social, que visarão o acompanhamento da situação de munícipes em situação económica precária. Mediante as informações obtidas através do Gabinete de Ação Social, serão analisadas as medidas necessárias para auxiliar os munícipes em dificuldades, que poderão ser de apoio financeiro, apoio habitacional, ou outro tipo de apoio conforme as situações detetadas.

Assim, tendo em conta o reequilíbrio financeiro do Município, o Orçamento a aprovar para 2015 terá em conta essencialmente a despesa efetiva que se prevê realizar nesse ano, de acordo as receitas disponíveis, o que faz com que o Orçamento tenha um valor de cerca de 8.746.353€, em contraste com os 8.778.340€ de 2014. Esta redução face ao orçamento do ano



anterior é sinal da crescente adaptação à realidade dos orçamentos do Município, que visam a contenção orçamental mas que ao mesmo tempo visam dar resposta às necessidades dos munícipes, apesar das dificuldades financeiras. Tal como já foi referido anteriormente, a dívida em atraso apenas será acrescentada ao orçamento aquando da obtenção dos financiamentos previstos no Plano de Reequilíbrio Financeiro, sendo que alguma dívida do final de 2014 deverá ainda transitar para 2015, situação essa que se espera estar acautelada, mas que dependerá do montante da dívida a efetuar pelo Município até ao final do corrente ano.

Tendo em conta as limitações impostas pela situação de reequilíbrio financeiro, pela Lei dos Compromissos, e pelo Orçamento de Estado para 2015, o Município não deverá aumentar as dívidas em atraso, bem como terá de diminuir o endividamento líquido. O ano de 2015 deverá continuar o ajustamento dos procedimentos à Lei dos Compromissos, nomeadamente no que diz respeito à realização de despesa, estando prevista a aprovação de uma nova norma de controlo interno, bem como de manuais de procedimentos para as diversas secções do Município. As despesas a realizar deverão estar sempre dependentes da emissão de um compromisso prévio e do montante de fundos disponíveis. Os compromissos plurianuais deverão ser sempre comunicados à Assembleia Municipal, que também terá um papel fiscalizador na aplicação do Plano de Reequilíbrio financeiro após a aprovação do mesmo pelas entidades competentes.

O Presidente da Câmara

José Francisco Gomes Monteiro (Eng.º)